



Ofício nº 3556
Entrada 930/79-A
Procº 227

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ~~E DO PLANO~~
GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO SECRETARIA DE APOIO Entrada N.º 9625 Data 29 SET. 1979
--

Exmº Senhor
Chefe do Gabinete da Senhora
Primeiro Ministro

Assunto: Despacho do Sr. MF em face do relatório do GCEE, sobre a utilização dos empréstimos internacionais concedidos a Portugal.

Para os devidos efeitos junto remeto a V. Exa. fotocópias do relatório e despacho mencionados em epígrafe.

Fundação Cuidar o Futuro

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, em 25. SET. 1979

O CHEFE DO GABINETE,



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO nº 103

Am

1. O panorama que resulta deste relatório que pedi ao GCEE é desolador. A utilização dos empréstimos externos para investimento - em alguns casos, a sua própria negociação - em quase nenhum caso analisado se processa em termos satisfatórios. Daí, o adiamento da satisfação das necessidades da colectividade nacional, o inútil custo financeiro da imobilização, o desprestígio internacional do nosso País e a deterioração da sua futura capacidade de angariação de recursos financeiros e assistência técnica.

Em alguns casos, é verdade que as dificuldades podem imputar-se às próprias organizações internacionais consideradas; mas quase sempre é a ineficácia da nossa Administração Pública e a sua repartição em "quintas", nas quais a actividade predilecta é paralisar as iniciativas alheias sem motivo fundado e sem capacidade de arbitragem a nível de Governo, que ressalta dolorosamente.

2. Penso que o problema deve ser encarado a nível do Governo; por isso, envie-se cópia deste relatório à Senhora Primeiro-Ministro, que sei estar interessada por este problema.

3. Penso que alguns casos mais urgentes devem ser objecto de resolução rápida: envie-se cópia ao Senhor Ministro da Agricultura e Pescas, para preparar eventual decisão conjunta a tomar esta semana.

4. Julgo que temos igualmente de analisar quais das causas detectadas podem ser minoradas ou suprimidas, no sentido apontado por instruções que já dei à Senhora Directora-Geral do GCEE e que a próxima reunião com o Banco Mundial permitirá apro-

5. Também a nível do Ministério será importante proceder a uma análise mais pormenorizada dos motivos de bloqueamento da negociação ou, sobretudo, da utilização de empréstimos externos.

5.1.- Envie-se, para conhecimento e análise, aos Senhores SEO e SET, pedindo sugestões e comentários até 5 de Outubro próximo, para limitação ou eliminação dos nossos bloqueamentos internos.

5.2.- No respeitante à SEF, envie-se à Direcção-Geral do Tribunal de Contas, pedindo informação no mesmo prazo sobre as causas dos atrasos havidos e formas de os eliminar, com sugestões que poderão já integrar directivas minhas proferidas em decisões anteriores.

Lisboa, em 22. SET. 1979

Fundação Cuidar o Futuro

O MINISTRO DAS FINANÇAS,





S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

NOTA INTRODUTÓRIA

Constituí motivo de especial preocupação do Gabinete para a Cooperação Económica Externa a lentidão que se tem verificado na execução de alguns projectos de investimento que beneficiam de financiamentos externos e cujas causas foram já na maior parte detectadas e dadas a conhecer superiormente. De entre estas salientamos a falta de articulação entre os vários Departamentos do Estado que superintendem na execução dos projectos, a morosidade com que são feitas as necessárias diligências de natureza administrativa e a indefinição que muitas vezes se verifica por parte das entidades responsáveis e que têm levado a adiamentos sucessivos das diversas fases da implementação dos projectos.

Fundação Cuidar o Futuro

Tem por isso o Gabinete no seu ano e meio de existência estruturada, dedicado especial atenção à preparação dos projectos, tentando assegurar a resolução de todos os problemas surgidos para evitar que estes venham a recair na fase de execução com o inerente acréscimo de encargos para o Estado.

Contudo não dependendo as acções a desencadear, na sua maioria, do GCEE nem sempre tem sido possível conseguir a sua concretização a tempo de evitar atrasos.

A Quadro I em anexo contém a listagem dos vários projectos, a maioria dos quais foram preparados antes da entrada em funcionamento do GCEE, que têm sofrido atrasos sensíveis, na execução acarretando por isso encargos adicionais para o Estado.

Em complemento da informação solicitado no Despacho nº 68 do Senhor Ministro das Finanças, junta-se também informação (Quadro II) sobre projectos actualmente em fase de preparação que se teme venham a criar problemas na fase de execução, se não forem tomadas as providências referidas no quadro, já sugeridas no Relatório de Situação do GCEE e cuja concretização o Gabinete tem vindo a procurar dinamizar.

Handwritten signature
26.9.49



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

ANEXO

DESCRIMINAÇÃO DAS COLUNAS 8 e 9 DO QUADRO I E 6 e 7 DO QUADRO II

I - Dificuldades derivadas dos procedimentos adoptados pelas Instituições Internacionais e países fornecedores de assistência económica

- 1) Porque os empréstimos concedidos se destinam a financiar a componente externa do projecto, torna-se necessário encontrar fontes de financiamento que assegurem a cobertura da componente interna do projecto.
- 2) Exigências relativas ao equilíbrio entre capitais próprios, e os exigíveis a longo prazo, levam à necessidade de se proceder a dotações de capital por vezes vultosas.
- 3) Exigências de aumentos de preços e tarifas são feitas para o financiamento de certos empreendimentos que se querem com taxa de rentabilidade económica adequada.
- 4) Exigências de realização de concursos internacionais, em especial no que respeita à aquisição de equipamento, alguns trabalhos de construção civil e serviços de consultoria (com o objectivo de obter para o projecto os custos mais baratos, a melhor qualidade, e quando necessário a transferência de tecnologia) têm levado a interrupções no ritmo da execução de contratos cujas condições já negociadas nem sempre são respeitadas (casos de pressões de algumas empresas nacionais que não aceitam a realização de determinados concursos internacionais).

Cita-se o caso do financiamento pelo BIRD de um projecto da EDP cujo desembolso sofreu atrasos tais que foi ultrapassada a data limite para utilização do empréstimo; a razão deveu-se à não aceitação por parte do MIT do resultado do concurso internacional entretanto realizado.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

II - Dificuldades de natureza institucional da Administração Pública Portuguesa.

- 5) Dificuldades em se conseguir instituir um processo que permita autorizações periódicas anuais, por parte da Assembleia da República, para o conjunto dos múltiplos projectos que constituem o programa anual de cooperação com cada instituição financeira internacional, ou país, (o BFN I e a JAE, financiados pelo BIRD, aguardaram quase um ano pela autorização parlamentar).
- 6) A morosidade dos processos da Administração Pública na aprovação de contratos a celebrar com consultores estrangeiros, processo que exige o cumprimento de doze formalidades, entre as quais duas operações pelo Tribunal de Contas e uma pelo Instituto do Investimento Estrangeiro (dispondo esta instituição de um período até 90 dias para tomar uma decisão final). Impõe-se uma revisão urgente do processo existente, com vista à sua simplificação e a uma maior celeridade.
- 7) A falta de nomeação sistemática de directores de projecto, em tempo inteiro, e durante o "ciclo" do projecto, que em cada Ministério Técnico asseguraria a dinamização e a coordenação das acções necessárias à implementação do projecto e respondam perante o Ministro de Tutela pela execução do projecto.
- 8) Dificuldades de coordenação entre os diversos serviços do MAP que em virtude da criação de uma nova lei orgânica se encontram em fase diversa de implementação.
- 9) Falta de esclarecimento do regime que deve vigorar para os projectos situados em perímetros a irrigar em zona de intervenção da Reforma Agrária.
- 10) Inexistência de legislação sobre as associações de regantes que regulamente a utilização da água, o que torna impossível proceder à necessária avaliação da rentabilidade do projecto.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

- 11) Concepções diferentes de determinados Ministérios Técnicos acerca da filosofia dos responsáveis pela preparação e execução de determinados projectos, nomeadamente hidroagricolas tem levado a interrupções na execução dos projectos.

III) Dificuldades específicas detalhadas por projecto

12) Projecto de Abastecimento de Água à Região de Lisboa (EPAL)

Ocorrência de situação de incumprimento por parte do Governo Português em relação ao acordado com o Banco Mundial (cláusula 4.02, artigo III, Loan Agreement) quanto ao pagamento das dívidas em atraso das Câmaras Municipais à EPAL, que totalizavam 256 mil contos em 31 de Julho de 1979. Esta situação aliada aos factos de só muito recentemente se ter concretizado quer o aumento previsto das tarifas (25%), quer ainda a realização de uma primeira tranche da dotação de capital (750 mil contos) acordada (1,5 milhões contos), gerou graves problemas financeiros à EPAL, e consequentemente a incapacidade de levar a cabo o seu programa de investimentos.

Portanto, o empréstimo, cujo contrato foi negociado em 6/6/1978, que se destinaria a financiar parte do investimento referido, não foi até à data utilizado, pelo que a decisão quanto à regularização das dívidas em atraso, em estudo na Secretaria de Estado do Tesouro tem de ser urgentemente tomada.

13) Projecto de empréstimo ao IFADAP para apoio ao sector agrícola no Alentejo e às pescas (IFADAP)

Entre as condições de efectividade acordadas com o Banco Mundial para a entrada em vigor do empréstimo, salienta-se o grande número de contratos a celebrar com consultores estrangeiros para a realização de serviços, quer no domínio da agricultura quer das pescas.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

Atendendo, por um lado, aos complexos trâmites exigidos pela Lei portuguesa para a celebração dos contratos referidos, e por outro lado à morosidade que a nossa Administração tem revelado em dar resposta a este processo, Portugal não só não cumpriu o prazo estabelecido no contrato, como já solicitou pela 3.^a vez uma prorrogação da entrada em vigor, sendo neste momento a data limite prevista para 28 de Setembro próximo.

A não ser possível o cumprimento da data de 28 de Setembro próximo para a entrada em vigor, o que se encara como muito provável, Portugal vai ser compelido a solicitar uma 4.^a prorrogação, arriscando-se a uma denúncia do contrato, ou na melhor das hipóteses, pondo em causa, inevitavelmente, a imagem do nosso país junto da entidade financiadora.

Em termos de soluções possíveis, retomamos as sugestões que constam da informação nº 108/79 do GCEE de 11/9/79, realçando-se o seguinte:

- Nomeação de um responsável pelo projecto no MAP, e com o objectivo da sua implementação com o particular cuidado de neste momento levar a bom termo os processos de contratação em curso obviando novos possíveis atrasos.
- Constituição de uma comissão de peritos cujo mandato seria propor um processo expedito para a contratação de consultores estrangeiros destinados a projectos financiados por instituições financeiras internacionais.

14) Projecto de crédito para apoio às pequenas e médias empresas industriais (DFC II)

A entrada em vigor do empréstimo está fixada para 27 de Outubro de 1979, data até à qual deverão estar preenchidas as condições de efectividade



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

acordadas entre o Governo Português e o Banco Mundial (artigo VI, Secção 6.01, Loan Agreement), com realce para a aprovação dos novos estatutos do IAPMEI, submetidos ao Governo em Maio de 1979.

Dada a multiplicidade de organismos envolvidos no projecto, a sua implementação pode sofrer atrasos se não for devidamente acompanhada, pelo que se propõe a criação de uma Comissão Interministerial que deverá assegurar a dinamização das acções necessárias e garantir uma eficaz coordenação.

15) Projecto Hidroagrícola de Odivelas Vigia

O não estabelecimento de tarifas de irrigação para os dois perímetros em causa (cujo compromisso tinha sido estabelecido com o BEI) e a extinção das Associações de Regante, têm levantado problemas à Direcção Regional do Alentejo que tem tido dificuldades em poder prevêêr todo o sistema de gestão dos perímetros, com efeitos nas acções programadas com o BEI, implicando também um atraso nos recebimentos dos desembolsos.

Um estudo para o perímetro do Mira, financiado pelo BEI no quadro do contrato, sofreu toda a espécie de atrasos que levaram à retenção do estudo em França pelo não pagamento do mesmo, não por falta de qualidade do estudo, mas pela dificuldade de se ultrapassarem regras rígidas da Administração Pública. O contrato para um segundo estudo encomendado à mesma firma não foi ainda assinado, por continuar a aguardar o visto do Tribunal de Contas.

O estudo para uma herdade modelo a instalar no perímetro, da responsabilidade do MAP, sofreu atrasos enormes, que também atrasou a realização dos desembolsos previstos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

Por todos os atrasos citados vai-se tornar necessário negociar o prolongamento da data a partir da qual o BEI pode anular, no todo ou em parte o crédito aberto e não utilizado, (a data limite é 30/12/79).

16) Extensão do Porto de Leixões

Em relação às previsões, as obras para o terminal de contentores, atrasaram-se significativamente, em consequência de razões ligadas aos temporais. Entretanto outros atrasos estão a ter lugar. De momento importa resolver o problema da adjudicação de 12 guindastres cujo fornecimento devia, conforme o contrato, ser sujeito a concurso público internacional. Porque o Ministério de Tutela das empresas industriais interessadas no fornecimento do equipamento entendeu pôr em causa a oportunidade da realização do concurso (apesar da indústria nacional poder vir a beneficiar de uma vantagem de 15% e de o BEI ter até à data vindo a aceitar a ponderação de outros critérios de protecção da indústria nacional desde que convenientemente justificado), o assunto encontra-se pendente há longos meses no Gabinete do Senhor Ministro dos Transportes, junto do qual o GCEE efectuou já as diligências possíveis.

17) Projecto Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros

Pontos de vista até à data inconciliáveis entre os serviços dos Ministérios das Obras Públicas e de Agricultura e Pescas, quanto à concepção do projecto hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros, levaram à exigência do MAP da reformulação de um projecto cujo contrato de financiamento já estava assinado e em execução, com as naturais consequências de interrupção do mesmo.

Não obstante a receptividade do BEI a alterações que os portugueses pudessem considerar mais adequadas, o facto é que nenhuma proposta, com o consenso dos dois Ministérios Técnicos, tomou forma, pelo que o contracto se encontra em situação de incumprimento.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

Para além dos custos de imobilização pagos, há o risco de rescisão do contrato do lado do BEI.

Estudos a fazer, e pagar no âmbito do financiamento do BEI, para a preparação de um projecto de pequenas barragens do Nordeste, a financiar posteriormente, encontram-se também atrasados.

Uma Comissão de Gestão do projecto a que o GCEE preside, tomou já a decisão, que irá submeter superiormente, de que o projecto deve continuar como foi concebido, a menos que o Senhor Ministro da Agricultura solicite ao Senhor Ministro das Finanças a renegociação do contrato.

18) Projecto de Planeamento Familiar (Projectos do PNUD)

No âmbito do Programa de auxílio do PNUD, os Departamentos portugueses executantes de projectos têm a obrigação de prestar uma contribuição anual de 8% sobre o montante recebido a título de doação

Neste momento, apenas foi satisfeita a contribuição relativa a 1977, estando em atraso as que se referem a 1973 e 1979, e devendo a de 1980 ser satisfeita até 1 de Novembro p.f.

A Direcção Geral do Tesouro, entidade que processou o montante de 1977, defende que não se efectuará qualquer novo depósito desejando por outro lado ser reembolsada do pagamento já feito.

Encontrando-se a situação num ponto de impasse dificilmente ultrapassável, sugere-se como melhor curso de acção, a inscrição no orçamento do GCEE dos montantes em Escudos correspondentes à contribuição

(US\$ 64,000 anualmente) para os anos de 1978, 1979, 1980 (a efectuar o mais rapidamente possível) e 1981, sem o que se ficará numa posição bastante difícil perante as Nações Unidas.

O GCEE pôs superiormente o problema, solicitando ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro que as verbas em atraso possam ser incluídas no orçamento do GCEE.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

19) O C D E

A utilização dos fundos postos à disposição de Portugal para financiamento de assistência técnica, cifra-se em 50% dos montantes existentes. Ainda de referir todas as potencialidades que a cooperação com um organismo deste tipo poderia revestir, se devidamente equacionadas e em sintonia com outros programas de assistência técnica por forma a obter-se a máximizacão dos recursos disponíveis.

20) Projecto de Viação Rural

Atrasos consideráveis na expropriação de terrenos e falta de pessoal técnico nas Direcções Distritais responsáveis pelos 138 lanços de estradas rurais, justificam a morosidade na utilização do empréstimo.

21) Estudos relativos às Minas do Pejão e à Central da Tapada do Outeiro

Os estudos a realizar com a participação dos peritos alemães e a doacão de equipamento não tiveram ainda início porque não se celebraram os Acordos Intergovernamentais de Cooperação Técnica relativos aos dois projectos; a sua celebração encontra-se pendente de autorização da Assembleia da República no que se refere à concessão de insencões fiscais neles previstos.

22) Fundos de Financiamento de projectos (Linhites de Rio Maior)

O aproveitamento das linhites de Rio Maior, encomendado pela EDP a uma empresa alemã, deve ser pago ao abrigo de uma linha de crédito a negociar com o Governo Alemão e a administrar pelo GCEE.

Encontra-se pendente da decisão do Senhor Secretário de Estado do Tesouro a autorização para a inclusão no orçamento do GCEE do contrava-



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

lor em escudos do empréstimo referido.

23) Projecto de desenvolvimento dos Serviços de Saúde integrados no Distrito de Vila Real

Atrasos vários devidos por um lado à indefinição das autoridades portuguesas responsáveis pelo projecto, e por outro a problemas técnicos que se levantaram na execução do projecto, originaram uma utilização bastante lenta quer da doação quer do empréstimo para este projecto. Contudo, sendo a principal componente do projecto a reconversão e ampliação do Hospital do Lordelo que está em fase de conclusão pode considerar-se que o ritmo de execução é agora mais satisfatório, prevendo-se a abertura do Hospital e de dois dos cinco Centros de Saúde durante o corrente ano. No entanto subsiste ainda alguma indefinição por parte das autoridades portuguesas responsáveis pelo projecto, no que respeita às extensões dos Centros de Saúde e à Escola de Enfermagem que está ainda a ser projectada.

24) Projecto de pecuária

Dificuldades surgidas no que respeita à adjudicação da construção e equipamento de salas colectivas de ordenha mecânica, derivadas por um lado de não terem sido, pelo MAP feitas as necessárias inscrições orçamentais, e por outro lado, por ter sido difícil conseguir concorrentes para o concurso público para a construção, ao qual acabou por concorrer uma única empresa, vieram originar o atraso da execução do projecto.

A inclusão do projecto no PIDAP e a inscrição de verba no orçamento do MAP põe-se agora com maior premência pois tendo os custos de construção subido consideravelmente desde que o Acordo Luso-Norueguês foi aprovado,



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

o donativo é já insuficiente para o programa, pelo que terá que ser completado com o fundo do Estado nos termos do referido Acordo.

25) Projecto de estabelecimento de um centro de operações e técnicas florestais na Lousã

A execução deste projecto tem atrasado em virtude de problemas de natureza administrativa, entre as quais avultam a lentidão da resposta das autoridades responsáveis pelo projecto e a sua não inclusão no PIDAP e a inexistência de verba orçamental para cobrir os encargos com o projecto que são de conta de Estado. As autoridades locais, interessadas no projecto realizaram já investimentos em infraestruturas destinados a facilitar a sua implementação, investimentos estes que são de momento totalmente inuteis.

Torna-se por isso necessário iniciar o mais rapidamente possível os trabalhos de construção para o que haverá que proceder às necessárias inscrições orçamentais.

26) Instituto Universitário dos Açores e Instituto Politécnico de Vila Real

O fraco ritmo de utilização destes empréstimos deve-se a dificuldades no financiamento da componente local dos projectos, em virtude da insuficiência das dotações orçamentais destinadas a esse efeito. Em consequência, torna-se necessário reforçá-las de modo a permitir o desenvolvimento normal dos projectos e consequente aceleração de utilização do financiamento externo.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

27) Construção de casas pré-fabricadas para as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa

Dificuldades da CAR em utilizar o empréstimo, não tendo chegado a conseguir abrir o respectivo concurso público.

Por outro lado a SEH não forneceu até à data a indicação de projectos alternativos conforme solicitado pelas autoridades holandesas ^{Holandesas} Torna-se necessário proceder à assinatura do contrato de empréstimo até 1 de Janeiro de 1980 sem o que isto caducará.

28) Plano da Área Territorial da Ilha de Porto Santo

Alterações introduzidas pela Direcção Geral do Planeamento Urbanístico ao plano de desenvolvimento de Porto Santo tornam impossível a assinatura do contrato com a firma CONCARPLAN que havia ganho o concurso público internacional realizado com especificações adaptadas ao plano anterior.

Torna-se pois necessário proceder a um novo concurso com especificações adaptadas ao novo plano, ou em alternativa, abandonar as alterações pretendidas e celebrar o contrato com a referida firma.

29) Public Law

Estes empréstimos são utilizados para a aquisição de cereais nos EUA. Ao abrigo dos Acordos assinados entre Portugal e os EUA o produto de venda do cereal no mercado interno é utilizado pelo Estado para financiar projectos de investimento na Agricultura e nas Pescas.

Esta utilização tem no passado sido bastante reduzida em virtude fundamentalmente da dificuldade de articulação dos organismos envolvidos (Direcção Geral do Tesouro e Departamentos do MAP).

Em Julho passado encontravam-se por aplicar cerca de 3,8 milhões de



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

contos sendo 55 mil contos respeitantes ao 1º Acordo, 2 140 mil contos ao 2º Acordo e 1 610 mil contos ao 3º Acordo.

Aquele valor haverá que acrescentar a curto prazo o montante que venha a ser liberto com a venda do cereal importado ao abrigo do 4º Acordo (assinado em Julho p.p.).

A melhor articulação das várias entidades interveientes no processo e uma mais cuidada preparação dos projectos parecem formas adequadas de acelerar a utilização destes créditos já que a entrada em funcionamento do IFADAP e a consequente definição das condições do crédito a conceber contribuirão também certamente para a concretização destes objectivos.

30) Projecto de Financiamento e assistência técnica para o sector da educação (Educação II)

São previsíveis dificuldades no financiamento da componente interna do projecto dadas as dificuldades de carácter orçamental.

Havendo dois projectos no sector da Educação, cuja implementação coincide parcialmente no tempo, prevê-se que o PIDAP do sector em 1980/81 será insuficiente, dados os compromissos assumidos com o Banco Mundial e tendo em atenção a evolução recente do OGE.

As dificuldades ligadas à preparação e controlo dos orçamentos, levam a recomendar o estudo de esquemas expeditos para o tratamento orçamental dos projectos cujo financiamento externo esteja assegurado.

Daí que se retome a proposta contida na informação nº 111 do GCEE de 10/9/79 e se proponha para este caso a consideração de um orçamento adicional para o ME, por forma a permitir a realização do projecto.

31) Projecto de reestruturação do sector da metalo-mecânica (COMETNA)

A correção dos actuais desequilíbrios nas estruturas financeiras das empresas COMETNA, EQUIMETAL e SOREFAME condiciona a concretização do apoio financeiro do Banco Mundial ao projecto de reestruturação do sec



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

tor da metalo-mecânica, cujas negociações estão previstas para Julho/
/Agosto de 1980.

No decurso das missões de pré-avaliação, o GCEE apercebendo-se da impossibilidade de o projecto continuar a ser considerado pelo BIRD, dada a situação financeira descrita, expôs superiormente o problema encontrando-se neste momento o projecto em adiantado estado de preparação.

Assim, por despacho conjunto dos Senhores Ministro das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro, de 26 de Julho de 1979, serão adoptadas até 1982 as medidas de saneamento financeiro enunciadas cuja concretização permitirá que as negociações se realizem como previsto em Fevereiro de 1980.

Fundação Cuidar o Futuro

32) Projecto de apoio ao desenvolvimento florestal (FLORESTAÇÃO)

As negociações para este projecto estão marcadas para Março de 1980, devendo estar, até lá, concretizados os compromissos a assumir junto do Banco Mundial para viabilizar o projecto e considerados indispensáveis para o prosseguimento do mesmo:

- uma vez que o projecto será posto em prática em terrenos privados e baldios, será necessário dar garantias firmes de que as terras a arborizar estarão disponíveis pelo que serão indispensáveis contratos assinados para o efeito entre a DGFF e a PORTUCEL e os proprietários dos terrenos privados e Administradores responsáveis pela Administração dos baldios
- deverão ser dadas garantias, quanto aos aspectos da existência de pessoal técnico suficiente e devidamente treinado para a execução do projecto



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

- deverão ser dadas garantias para o financiamento da componente interna do projecto.

33) Projecto de reabilitação dos perímetros irrigados de Caia, Idanha e Roxo (Caia, Idanha e Roxo)

Por dúvidas surgidas, por parte de responsáveis do MAP, acerca das razões que determinaram a selecção deste projecto, feita em Maio de 1977, e cuja negociação estava pré-programada, os responsáveis pelo MAP tomaram em Junho de 1979 a decisão de adiar a negociação do contrato e posteriormente comprometeram-se a enviar uma contraproposta no prazo de 3 meses, quanto ao conteúdo e timing de implementação para este projecto.

Atendendo a que não existem elementos que permitam dar resposta às solicitações permanentes do Banco Mundial acerca do destino a dar a este projecto, propõe-se que seja tomada posição definitiva quanto ao interesse de continuar a considerar este projecto ou a sua substituição por outra alternativa.

34) Projecto de reestruturação do sector da pasta para papel (Pasta para Papel)

Este projecto, que orçará pelos 60 milhões de dólares, encontra-se em adiantado estado de preparação: No entanto, dado que o financiamento é encarado numa perspectiva global do sector de pasta para papel, impõe-se urgente decisão quanto à componente ENACEL/SOPORCEL, nova unidade de produção de pasta para papel, de forma a permitir recuperar o grande atraso em relação à data prevista para as negociações, e por forma a resolver o problema dos murosos custos de imobilização do equipamento que ascendem a 35 mil dólares anuais.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

35) Lezíria de Vila Franca

Este projecto está a ser cuidadosamente preparado com a assistência de técnicos holandeses. Os atrasos ocorridos devem-se sobretudo às más condições climatéricas dos dois últimos anos.

36) Projectos agrícolas de Marvão e Minutos

Os atrasos ocorridos e a paralização total que se registou, situam-se nas razões evocadas nos problemas genéricos;

Para além disso, também aqui não há consensos entre os dois Ministérios Técnicos acerca do que deve ser um projecto hidroagrícola.

37) Projecto hidroagrícola de Mira e Pequenas Barragens do Nordeste

Dependente dos estudos já referidos respectivamente nos projectos de Odiveelas Vigia e o de Macedo de Cavaleiros.

38) Crédito agrícola do IFADAP

Dependente da capacidade de absorção do IFADAP em absorver os créditos de que dispõe.

39) BFN III

Os dois contratos assinados com o BFN, encontram-se em situação de incumprimento, dado o grande peso que na balança do BFN continuam a representar as dívidas do sector público e das ex-colónias.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO
GABINETE PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA

A não ser encontrado um processo de libertar a balança daquele peso, o BEI não quererá negociar uma nova linha de crédito.

40) Ponte sobre o Douro

Este projecto arrasta-se há dois anos por dificuldades surgidas acerca da adjudicação do concurso. Individualidades importantes da vida nacional encontram-se de tal modo ligadas às alternativas prováveis, que não se vislumbra uma data para o aparecimento de um projecto cujo financiamento possa ser financiado pelo BEI.

41) Infraestruturas de Turismo no Algarve

Fundação Cuidar o Futuro

A preparação de um projecto deste tipo com a contribuição de uma Comissão Interministerial e a liderança do DCP tornou-se perfeitamente impraticável e passado dois anos não se vislumbra o esqueleto de um projecto a apresentar ao BEI.

Diversas orientações políticas acerca das prioridades do sector do turismo tornaram também difícil a continuidade dos trabalhos.

42) Projecto de apoio à Renovação da Frota Pesqueira Nacional

Atrasos sucessivos na tomada de uma decisão pelo MAP sobre a aplicação a dar ao empréstimo, obrigam a que tenha que se proceder à assinatura do contrato de empréstimo, num período relativamente curto.

Torna-se assim necessário, em virtude da legislação holandesa, proceder à assinatura do contrato até 31 de Dezembro de 1979.

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA 1. BANCO MUNDIAL.....

DATA 19/9/79.....

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET9 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EPECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Projecto de abastecimento de água a região de Lisboa (EPAL)	EPAL	6/6/78	19/1/79	40	-	0,275	12	2,3	SET	
Projecto de empréstimo ao IFADAP para apoio ao sector agrícola no Alentejo e as pescas (IFADAP)	IFADAP MAP	28/9/78	atrasada	70	-	0,480	13	6,7	MAP MF	
Projecto de crédito para apoio as pequenas e medias empresas industriais (DFC II)	IAPMEI BP LNETI EPPI GIT	27/6/79	27/10/79 (previsto)	45	-	0,028	14		MIT MF	

NOTAS

- (a) em milhões de dólares...
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA 2 B.E.I.

DATA 1/9/79

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET9 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	- GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Projecto hidroagrícola de Odivelas-Vigia	MAP / MOP		18/1/77	12	7,93	3	15	8, 9, 10	MAP	
Extensão do porto de Leixoes	AGPDL		26/4/77	16	9,80	3	16	4	MTC	
Projecto hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros	MAP / MOP		13/10/77	13	3	2	17	8, 10	MAP	

Fundação Cuidar o Futuro

NOTAS

- (a) em milhões de unidades de conta
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA .3.: PNUD...(donativos)

DATA 19/9/79.....

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Projecto de Planeamento Familiar	GCEE	1977	1977	1,66	0,245	-	1	18	SET	
Projecto do PNUD (19)	GCEE	1976	1977	4	2,480	-	1		SET	

Fundação Cuidar o Futuro

NOTAS

- (a) em milhões de dólares.
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA
 ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA R.F.A.

DATA 19/9/79

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Viação Rural	Junta Au- tônomadas Estradas	31/3/78	31/6/78	44,8	-	140.156,85	20	-	JAE	
Estudos relativos às Minas do Pejão e à Central da Tapada do Outeiro	Empresa Carborife ra do Dou- ro e EDP	-	-	Donati- vos 3 mi- lhões	-	-	21	-	MF	
Fundo Financiamento de projectos	GCEE	-	-	2	-	-	22	-	SET	

NOTAS

- (a) em milhões de Marcos....
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

QUADRO II

LISTA DOS PROJECTOS EM ESTADO ADIANTADO DE PREPARAÇÃO PARA FINANCIAMENTO EXTERNO, ONDE SE ANTEVÊM DESDE JÁ PROBLEMAS QUE PODERÃO VIR A AFECTAR A CABAL UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS

ENTIDADE FINANCIADORA... Holanda.....

DATA 20.9.79.....

PROJECTO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	D A T A S		MONTANTE DO (a) EMPRÉSTIMO	PROBLEMAS DETECTADOS		DECISÃO PENDENTE EM	OBSERVAÇÕES
		IDENTIFICAÇÃO	(a) CONTRATAÇÃO		ESPECÍFICOS DO PROJECTO	GERAIS		
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Projecto de apoio à Renovação Frota Pesqueira Nacional	MAP	Julho 1979	Dezembro 79	20,9	42		(1)	

Fundação Cuidar o Futuro

as
previsto

LISTA DOS PROJECTOS EM ESTADO ADIANTADO DE PREPARAÇÃO PARA FINANCIAMENTO EXTERNO, ONDE SE ANTEVÊM DESDE JÁ PROBLEMAS QUE PODERÃO VIR A AFECTAR A CABAL UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS

ENTIDADE FINANCIADORA BEI

DATA

PROJECTO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	D A T A S		MONTANTE DO (a) EMPRÉSTIMO	PROBLEMAS DETECTADOS		DECISAO PENDENTE EM	OBSERVAÇÃO
		IDENTIFICAÇÃO	(a) CONTRATAÇÃO		ESPECÍFICOS DO PROJECTO	GERAIS		
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Lezíria de Vila Franca	MAP	1977	1979	15	35			
Projectos hidroagrícolas do	MAP	1977	1978	12	36		MAP	
Projecto hidroagrícola	MAP	1977	1978	10			MAP	
Projecto hidroagrícola do Mira	MAP	1977	1979	5	37			
Florestas	MAP	1977	1979	10			MAP	
Pequenas barragens Nortinhas	MAP	1977	1979	5			MAP	
Crédito agrícola ao IFADAP	IFADAP	1978	1979	5	38		IFADAP	
BFN III	BFN	1980	1981	15	39		SET	
Ponte sobre o Douro	CP	1977	1978	8	40		NTC	
Infraestruturas do Algarve	DCP	1977	1978	10	41		DCP	

Fundação Cuidar o Futuro

otas
a) previsto

QUADRO II

LISTA DOS PROJECTOS EM ESTADO ADIANTADO DE PREPARAÇÃO PARA FINANCIAMENTO EXTERNO, ONDE SE ANTEVÊM DESDE JÁ PROBLEMAS QUE PODERÃO VIR A AFECTAR A CABAL UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EXTERNOS

ENTIDADE FINANCIADORA *B. E. P.*

DATA

PROJECTO	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	D A T A S		MONTANTE DO (a) EMPRÉSTIMO	PROBLEMAS DETECTADOS		DECISAO PENDENTE EM	OBSERVAÇÃO
		IDENTIFICAÇÃO	CONTRATAÇÃO (a)		ESPECÍFICOS DO PROJECTO	GERAIS		
1	2	3	4	5	6	7	8	9
<u>Projecto de financiamento e assistência técnica para o sector da Educação (EDUCAÇÃO II)</u>	<u>ME</u> MAP	Nov. 77	Nov. 79	40		1	MF	
<u>Projecto de reestruturação do sector da metalo-mecânica (COMETNA)</u>	<u>IPE</u> COMETNA EQUIMETAL SOREFAME	Julho 77	Agosto 80	62,8		2,8	SET	
<u>Projecto de Apoio ao desenvolvimento florestal (FLORESTAÇÃO)</u>	<u>MAP</u>	Dez. 76	Out. 80	20			MAP	

Notas

a) previsto

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA .Noruega.....

DATA ..20/9/79..

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SETV 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Projecto de desenvolvimento de serviços de saúde integrados no distrito de Vila Real	Gabinete de Estudo e Secretaria de Estado da Saúde	2/3/79	2/3/79	50,000	5,000		23	-		D
		2/3/79	2/3/79	50,000	10,000					E
Projecto Pecuário	Direcção Regional de Trás-os-Montes e Estação Zootécnica Nacional	22/5/79	22/5/79	2,800	0,500		24	-		D
Projecto de estabelecimento de um Centro de Operações e Técnicas Florestais na Lousã	Direcção Geral dos Recursos Florestais	22/5/79	22/5/79	10,300	0,500		25	-		D

NOTAS

- (a) em milhões de Corroas. Norueguesas
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

D- Doação
E-Empréstimo

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA ..Holanda.....

DATA ..20/9/79.....

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET9 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	- GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
• Instituto Politécnico de Vila Real	M.Educ.	5/4/77	13/3/78	0,315 1,515	} 1,305		} 26			D E
• Instituto Universitário dos Açores	M.Educ.	5/4/77	13/2/78	0,235 4,135						
• Construção de casas pré-fabricadas para a camada mais desfavorecida da população portuguesa	Fundo de Fomento de Habitação (MHOP)	5/4/77	13/2/78	2,700			27			E
• Plano da Área Territorial da Ilha de Porto Santo	Direcção Geral do Planeamento Urbano (MHOP)	5/4/77	13/2/78	0,300			28			E

NOTAS

- (a) em milhões de
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo

LISTAS DOS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DESTINADOS A FINANCIAR PROJECTOS DE INVESTIMENTO CUJA UTILIZAÇÃO MANIFESTA ATRASO OU DEFICIÊNCIAS DE OUTRA ORDEM RELATIVAMENTE AO PREVISTO

ENTIDADE FINANCIADORA .Estados Unidos da América

DATA 20/9/79....

PROJECTOS	ENTIDADE/S RESPONSÁVEL PELO PROJECTO	DATAS		MONTANTE NEGOCIADO	DESEMBOLSOS (a)	CUSTOS DE IMOBILIZAÇÃO (SET9 79) (c)	PROBLEMAS DETECTADOS			OBSERVAÇÕES
		ASSINATURA	ENTRADA EM EFECTIVIDADE				ESPECÍFICOS DO PROJECTO (b)	- GERAIS	DECISÃO PENDENTE EM	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PL 480	MAP	18.3.76		25			} 29			
PL 480	MAP	22.10.76		70						
PL 480	MAP	4.8.78		40						
PL 480	MAP	26.7.79		40						

Fundação Cuidar o Futuro

NOTAS

- (a) em milhões de
- (b) rubrica III do anexo
- (c) rubrica I e II do anexo